

PDS controla a redação da lei básica da educação

Editoria de Arte

CLÁUDIO FERREIRA

Da Sucursal de Brasília

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), emperada há dois anos no Congresso, pode começar a ser votada no começo da semana que vem nas comissões técnicas da Câmara. O projeto original, considerado corporativista, recebeu 1.263 emendas e pode ser modificado. A LDB é uma espécie de "constituição da educação" e pode reformular todo o sistema de ensino brasileiro.

"A discussão é mais filosófica e política do que pedagógica e didática", disse Solon Borges dos Reis (PTB-SP). O projeto original da LDB, segundo ele, foi feito por deputados de esquerda. Atualmente, dois dos três relatores da LDB (Angela Amin e Edevaldo Alves da Silva) e o presidente da Comissão de Educação (Aécio de Borba) são do PDS, que apóia o governo.

O deputado Arthur da Távola (PSDB-RJ) teme que a falta de consenso faça com que o Senado "dilacere" a LDB e que haja muitos vetos do presidente Fernando Collor de Mello.

Três pontos são os responsáveis pelas divergências principais que emperam a votação da LDB: o Conselho Nacional de Educação (CNE), a gestão democrática nas escolas e o repasse de recursos financeiros. As questões dividem as comissões técnicas, colocando frente a frente os deputados do governo e da oposição.

O CNE tira alguns poderes do Ministério da Educação. Ele passa a ser o formulador de políticas

da área. O governo tentou limitar sua ação. O ministro José Goldemberg queria retirar a criação do conselho da LDB e deixá-la para uma outra lei.

"O CNE não é meramente consultivo", disse o deputado Arthur da Távola. Os acordos para se chegar a um consenso, segundo ele, tiraram um pouco do caráter centralizador do CNE, "que vai trabalhar junto ao MEC".

Os deputados do bloco governista queriam que o Congresso escolhesse os membros da sociedade civil. A oposição discorda. Quer representantes dos professores, dos trabalhadores não-docentes, dos estudantes, das sociedades científicas e outras entidades.

O repasse de recursos financeiros também provocou discussões. Os deputados governistas queriam que até 50% dos recursos para a escola pública pudessem ser repassados também para escolas filantrópicas, comunitárias ou confessionais (religiosas). A oposição fixou o índice em 15%.

Os deputados oposicionistas insistiram na manutenção da gratuidade das escolas e no caráter não-lucrativo da entidade mantenedora como condição para o repasse. Segundo eles, os "privatistas" querem "brechas" para estender este repasse a escolas particulares.

A discussão básica, segundo Solon Borges, se dá entre a autonomia e a restrição da LDB ao ensino privado. "Pouca gente aqui no Congresso se preocupa com educação", disse.

FOLHA DE SÃO PAULO

* 6 NOV 1991